

# BREVES NOTAS SOBRE A EVOLUÇÃO RECENTE DO DIREITO COMERCIAL DA LUSOFONIA BRIEF NOTES ON RECENT DEVELOPMENTS IN THE COMMERCIAL LAW OF PORTUGUESE SPEAKING COUNTRIES

João António Bahia de Almeida Garrett\*

**Resumo:** As opções legislativas tomadas nos últimos anos por diversos países e territórios da Lusofonia (Brasil, Moçambique e Macau) no campo do direito comercial consagram de modo expresso a autonomia deste ramo jurídico, assente na “categoria fundante” da empresa, isto é, na profissionalidade exigida pela vida económica contemporânea.

**Palavras-chave:** Sistema Lusófono de Direito, autonomia do direito comercial, Código Comercial, Código Civil, empresa, vida económica contemporânea, profissionalidade, dimensão, abertura territorial.

**Abstract:** Recent changes in the commercial law of several Portuguese speaking countries and territories (Brazil, Mozambique, Macau) show a clear option to maintain its autonomy based on the primary concept of the enterprise, recognizing that contemporary economic activity demands increasing specialization.

**Keywords:** Portuguese speaking legal system, autonomy of the commercial law, Commercial Code, Civil Code, enterprise, contemporary economy, specialization, business scale, globalization.

## I. Introdução

Apesar da tendência contemporânea para reduzir o Direito aos aspectos técnicos, não deve esquecer-se a sua dimensão cultural: o Direito é expressão da cultura de um povo.<sup>1</sup> Não é possível, por isso, conhecer e reflectir sobre o estado actual e a evolução futura do Direito interno sem atender à evolução de ordenamentos que lhe são histórica e culturalmente próximos, de *Direitos que formam um Direito*; preocupação que, sendo geral, assume ainda maior relevo no campo do direito comercial, em vista da situação de fragmentação e, em certos aspectos fundamentais, de desactualização a que, entre nós, chegou.

Dimensão cultural que permite surpreender um “sistema lusófono de Direito”, com uma História própria, com princípios reelaborados autonomamente, com leis de estilo próprio, com plena autonomia linguística e doutrinária, com massa crítica (10 países ou territórios nos cinco continentes e mais de 250 milhões de praticantes) alimentada por leis comuns ou muito próximas e por um significativo intercâmbio universitário.<sup>2,3</sup>

Tanto basta para justificar a perspectiva do “Direito da Lusofonia” que preside a este trabalho. Num momento em que o direito comercial português carece, no mínimo, de uma re-análise enquanto sistema, afigura-se útil olhar para as opções tomadas pelos legisladores dos países do sistema lusófono de Direito que introduziram alterações recentes no seu direito comercial.

\* Professor Auxiliar Convidado da Universidade Portucalense Infante D. Henrique

<sup>1</sup> «O Direito privado corresponde à expressão cultural mais profunda de cada sociedade» (MENEZES CORDEIRO, António, *Tratado de Direito Civil português*, I, Parte geral, tomo I, 3.ª ed., Coimbra: Almedina, 2005, p. 45 (*apud* MOURA VICENTE, Dário, *A Unificação do Direito dos Contratos em África: seu sentido e limites*, pág. 11 – nota 22: <http://www.fd.ul.pt/Portals/0/Docs/Institutos/ICJ/LusCommune/VicenteDario1.pdf> – acesso em 6.09.2012).

<sup>2</sup> MENEZES CORDEIRO, António, *O sistema lusófono de Direito*, ROA 70 (2010), *maxime* n.º 36 ([http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe\\_artigo.aspx?idc=30777&idsc=112471&ida=112722](http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=30777&idsc=112471&ida=112722) – acesso em 6.09.2012). Este Autor faz depender a existência de um sistema ou família jurídica da verificação de quatro critérios: o ensino e as recepções da Ciência do Direito; a consistência histórico-cultural; a língua; e a massa crítica.

<sup>3</sup> Intercâmbio universitário para que muito tem contribuído a Faculdade de Direito de Lisboa (cfr., por exemplo, a actividade neste campo do Prof. Doutor Dário Moura Vicente – <http://www.fd.ul.pt/Faculdade/Docentes/MouraVicente.aspx> – acesso em 7.09.2012).

Tarefa que há-de ter como pano de fundo a velha mas fundamental questão da autonomia do direito comercial, que anima, desde há mais de cem anos, as reformas ou projectos de reforma deste ramo jurídico.<sup>4</sup>

## II. O debate sobre a unificação do direito privado

É bem conhecida a origem e evolução histórica do direito comercial: subjectivamente recortado, de início, como direito estatutário da classe mercantil, criado (e aplicado) por comerciantes para comerciantes, o *ius mercatorum*, progressivamente sujeito ao controlo do poder político e, nesse sentido, publicizado, veio a recentrar-se, com o Novo Regime, sob o impulso da abolição dos antigos privilégios, como o *direito dos actos de comércio*, aberto a todos os sujeitos jurídicos, comerciantes e não comerciantes.

Evolução de que decorrem dois modos de conceber o direito comercial enquanto corpo normativo: o objectivo, que o vê referido a certas categorias de actos e actividades, e o subjectivo, que o pensa em função dos profissionais do comércio.

E de que, por outro lado, deriva o velho debate em torno da *unificação* do direito privado, concebida como absorção do direito comercial pelo direito civil – ou, pelo contrário, na manutenção de um direito comercial *autónomo* relativamente ao direito comum das relações privadas.

São os termos dessa discussão clássica, “por vezes apaixonada(s) e não raro confusa(s)”<sup>5</sup>, que iremos, em síntese, recordar aqui.

### 1. As posições unificadoras

A posição historicamente mais conhecida no sentido da unificação do direito civil e do direito comercial foi a de Cesare Vivante, em finais do séc. XIX.<sup>6</sup> Posição que tinha já, no entanto, importantes antecedentes doutrinários.<sup>7</sup>

Um desses precursores foi o brasileiro Teixeira de Freitas que, em 1867,<sup>8</sup> em carta dirigida ao Ministro da Justiça Martim Francisco Ribeiro de Andrade, a propósito da sua colaboração na pretendida reforma da legislação civil do Império, propõe a absorção pura e simples da legislação mercantil pelo futuro Código Civil. O unitarismo – ou *fusionismo*<sup>9</sup> – de Teixeira de Freitas radica na sua luta pela propriedade da terra, “pelo Brasil do interior contra o Brasil litorâneo”<sup>10</sup>, reagindo “contra o predomínio de uma burguesia mercantil dominada pela busca

<sup>4</sup> *Direito* ou *direito*? A grafia não é, aqui, apenas uma questão de forma. O termo *direito* com minúscula significa o direito positivo, essencialmente – que não, como se sabe, exclusivamente – representado pela lei; Direito com maiúscula abrange o fenómeno jurídico em toda a sua amplitude, de que o primeiro é, tão-só, a “ponta do iceberg”: EBERHARD, Christoph, *Droit, gouvernance et développement durable. Quelques réflexions préliminaires*, apud PLANÇON, Caroline, *La représentation dans la production et l'application du droit. Études de cas dans le droit de propriété foncière au Canada/Québec, en France et au Sénégal*, pág. 12 – nota 16 (<http://www.diffusiontheses.fr/51769-these-de-plancon-caroline.html> – acesso em 29.01.2013).

<sup>5</sup> OLAVO, Fernando, *Direito Comercial*, I, 2ª edição (3ª reimpressão), Coimbra: Coimbra Editora, 1979, pág. 17.

<sup>6</sup> Assumida na conhecida lição magistral bolonhesa de 1892: cfr. GALGANO, Francesco, *História do Direito Comercial*, trad. port. de João Espírito Santo, Lisboa: Signo – Edições Técnicas e Literárias, Lda, 1980, pág. 24 – nota 6. Mas já em 1888, Vivante se pronuncia, em *Per un codice unico delle obbligazioni*, a favor da unificação dos direitos civil e comercial (cfr. CARVALHO, Orlando de, *Teixeira de Freitas e a Unificação do Direito Privado*, BFD, LX, separata, Coimbra, 1985, pág. 12, nota 21).

<sup>7</sup> MAGALHÃES, Barbosa de, *A Revisão Geral do Código Civil, a Autonomia do Direito Comercial e o Problema da Codificação*, ROA 10 (1950), n.ºs 1 e 2, págs. 11-12; CARVALHO, Orlando de, cit., págs. 11-12, nota 21; COUTINHO DE ABREU, Jorge Manuel, *Curso de Direito Comercial*, I, 7ª edição, Coimbra: Almedina, 2009, págs. 20 e ss. (max. nota 57). Interessante notar, com este último Autor, que a intervenção precursora de Teixeira de Freitas (cfr. nota seguinte) tem um antecedente português bem anterior (1822): Vicente J. F. Cardozo da Costa em *Que he o codigo civil?*, Lisboa, 1822, págs. 109-114; anterior, mesmo, a Montanelli, autor geralmente apontado como o pioneiro contra a separação do direito privado em dois códigos, civil e comercial, em livro publicado em 1847.

<sup>8</sup> Pensamento unitarista que já nele se insinua vários anos antes, em 1854, com 34 anos de antecendência relativamente ao primeiro Vivante: CARVALHO, Orlando de, cit., págs. 8-11.

<sup>9</sup> MAGALHÃES, Barbosa de, cit., pág. 51.

<sup>10</sup> Acentuando, na dicotomia *direitos reais* – *direitos pessoais*, a primazia económico-jurídica dos primeiros, com o consequente apego a uma noção física de coisa que “elimina do mundo das *res* uma soma de bens extremamente importantes da vida

de um lucro fácil e célere, em detrimento dos interesses de uma agricultura “civil”, carecida de estímulos, de compreensão e de segurança”,<sup>11</sup> <sup>12</sup> contra “um conjunto de regras de excepção e favor que, privilegiando a fortuna mais duvidosa e inescrupulosa – a ‘*res mobilis, res vilis*’, a circulação sobre o consumo –, constituía uma afronta para as verdadeiras sedes da riqueza, que permaneciam esquecidas pelo direito do seu tempo.”<sup>13</sup>

Diferentemente, Vivante sustentou a unificação, não pela defesa da economia agrária – a realidade italiana era bem diversa da brasileira –, mas pela defesa do cidadão comum, diríamos hoje do consumidor, e do princípio da igualdade dos cidadãos perante a lei, ínsito no ideário liberal da sociedade de oitocentos. “Sobre a pressão dos meios mercantis que o legislador de 82 chamara a intervir no novo Código de Comércio – ‘os industriais, os banqueiros, os seguradores, os representantes das grandes sociedades ferroviárias’ (...), o novo código italiano, com a inclusão do regime dos actos unilaterais do ADHGB, a comercialização dos imóveis e a relevância de certos usos que, segundo o mestre de Bolonha, constituiriam ‘uma verdadeira insídia à boa-fé’ (...), revelava-se um autêntico direito de ‘regalia’, com a agravante de se submeter a essa ‘regalia’ – a essa lei manifestamente *pro domo* – quem de qualquer sorte estivesse em contacto com a classe privilegiada.”<sup>14</sup>

Vivante acabou por abandonar a posição unificadora quando, anos mais tarde, presidiu à comissão de reforma da legislação comercial italiana, ocasião em que não só não insistiu na fusão dos direitos civil e comercial como concordou com a elaboração de um novo código de comércio separado do código civil.<sup>15</sup> Sucedeu-lhe Rotondi “ao leme do movimento unificador”.<sup>16</sup>

Os argumentos dos fusionistas eram, essencialmente, os seguintes: a) a delimitação da matéria mercantil era artificiosa: muitos actos eram considerados comerciais sem que, no entanto, tivessem qualquer relação com o comércio em sentido económico; b) a delimitação da matéria mercantil era incerta, já que era muitas vezes duvidoso saber-se se uma relação se deveria submeter à lei civil ou à comercial; c) o Código Comercial, enquanto código da classe dos comerciantes, tornava indefesos os não comerciantes a ele sujeitos;<sup>17</sup> d) a consagração dos usos comerciais como fonte de direito submetia os não comerciantes a normas, para eles, desconhecidas.<sup>18</sup>

---

económico-jurídica de hoje (estabelecimentos, criações, invenções, etc.), preparando o terreno para uma concentração dos problemas de domínio sobretudo na riqueza imobiliária” (CARVALHO, Orlando de, cit., pág. 36 e nota 49).

<sup>11</sup> CARVALHO, Orlando de, cit., pág. 52. No tempo de Teixeira de Freitas, a economia brasileira apresentava fundamentalmente as características da era colonial: – no interior do seu imenso território dominava a estrutura agrária, predominando os interesses dos fazendeiros que produziam para o mercado internacional géneros alimentares; como a exploração da terra – base da economia do país – se fazia por processos primários e dependia do mercado externo, o lucro dos fazendeiros só era possível “mediante desumana exploração do trabalhador rural, realizada, impiedosamente, em larga escala” (trabalhador rural que, até 1888, era escravo). Esta sociedade rural assentava numa estrutura familiar “ainda despoticamente patriarcal”. – Por outro lado, nas cidades do litoral florescia uma burguesia comercial que se dedicava à exportação dos produtos agrícolas e à importação para o mercado interno. (Cfr. GOMES, Orlando, *Raízes Históricas e Sociológicas do Código Civil Brasileiro*, S. Paulo: Martins Fontes, 2006.)

<sup>12</sup> Sobre a “questão abolicionista” e a sua relação, aparentemente paradoxal, com a queda do Império brasileiro, ver <http://entreseculos.wordpress.com/2012/06/07/questao-abolicionista-lei-aurea-1888-4/> (acesso em 5.02.2013).

<sup>13</sup> CARVALHO, Orlando de, cit., pág. 24.

<sup>14</sup> Idem, pág. 49 – nota 71. O legislador português dos finais de oitocentos acolheu o regime dos actos unilaterais dos códigos alemão e italiano, sujeitando ao direito comercial a parte por cujo respeito o acto não é mercantil (art. 99º), o que constitui uma clara manifestação desse direito de “regalia”. “Como se todos os cidadãos fossem florescentes quando o comércio floresce, como se o supremo interesse do consórcio social fosse a prosperidade dos comerciantes, fomos todos sujeitos à lei que estes vieram a criar para a tutela dos seus interesses” (Vivante, *apud* CARVALHO, Orlando de, ob. e loc. cit.).

<sup>15</sup> MAGALHÃES, Barbosa de, cit., págs. 51-52. De notar que não foi esse o caminho seguido pelo legislador italiano que, no *Codice civile* de 1942, veio a unificar, pelo menos sob o ponto de vista formal, os direitos civil e comercial. Houve, todavia, quem apontasse razões políticas para essa *defecção* de Vivante.

<sup>16</sup> MIRANDA, Alberto Souto de, *A Autonomia do Direito Comercial*, As Operações Comerciais, Coimbra: Almedina, 1988, pág. 306.

<sup>17</sup> Este argumento corresponde, como ficou referido, à base da tomada de posição do primeiro Vivante. Base que assenta na observação de que o direito comercial se transformou, de novo, num direito de “regalia”, num direito de classe privilegiada, ou seja, para usar a expressiva síntese de Orlando de Carvalho, “o ‘objectivo’ é um alibi do ‘subjectivo’, o que, aliás, está na lógica da implantação da burguesia.” (Ob. cit., pág. 48.)

<sup>18</sup> MIRANDA, Alberto Souto de, cit., pág. 305.

Rotondi acrescenta ainda outros argumentos: a) a abolição dos tribunais de comércio; b) a sujeição de todos os cidadãos ao Direito Comercial em virtude do desenvolvimento económico geral; c) a extensão dos princípios comerciais às relações civis; d) a extensão da falência aos não comerciantes; e) a tendência para excluir o Direito Marítimo do Código de Comércio; f) a generalização do uso dos títulos de valores.<sup>19</sup>

Observando, na evolução da economia da sociedade em que viviam, as tendências (convergentes) da generalização ou *civilização* do direito comercial e da *comercialização* do direito civil, desaparecida a antiga importância da delimitação da matéria mercantil através da categoria histórica dos actos de comércio em vista da fusão das jurisdições, concluíram os teóricos da unificação, que “duma constituição económica uniforme não pode irromper o dualismo do direito privado” (Bolaffio)<sup>20</sup> – concluíram, em suma, pela tendência irreprimível do direito comercial para se fundir progressivamente com o civil.<sup>21</sup> “Neste condicionalismo, o direito comercial aparecer-nos-ia com a natureza de uma categoria ‘histórica’ e ‘transitória’, destinado a desaparecer como disciplina jurídica autónoma e a ser absorvido pela disciplina mais geral do direito civil.”<sup>22</sup>

Na doutrina portuguesa, as posições unificadoras ou fusionistas foram defendidas, “vigorosamente”<sup>23</sup>, por Barbosa de Magalhães,<sup>24</sup> Guilherme Moreira<sup>25</sup> e Cunha Gonçalves.<sup>26 27</sup>

## 2. As posições autonomistas

A defesa da autonomia do direito comercial perante o direito civil foi, inicialmente, feita, a partir da perspectiva clássica dos actos de comércio, por Alfredo Rocco. Pretendeu Rocco partir da substância das coisas, da materialidade da vida económica, indagando “se, no âmbito das relações económico-privadas, existe uma categoria de relações que necessite de uma disciplina jurídica especial e, ao menos em grande parte, diversa. É preciso, portanto, ver:

- 1º . qual seja a estrutura da indústria comercial propriamente dita e quais as exigências que ela põe ao direito e que determinaram a formação dum direito especial;
- 2º. se, actualmente, a uniformidade da vida económica atingiu tal grau que as exigências antigamente próprias da indústria comercial se tornaram comuns a todas as relações económico-privadas.

A análise, ainda que superficial, do fenómeno económico do comércio dir-nos-á o que exige a indústria comercial da legislação, para que possa desenvolver-se convenientemente, mostrando-nos quais as características que deve ter um ordenamento jurídico, que pretenda favorecer esse desenvolvimento.

A indústria comercial, continua o ilustre jurisconsulto, reclama do direito:

- a) a maior simplicidade de forma na constituição das relações jurídicas;
- b) a mais eficaz tutela do crédito.”<sup>28</sup>

<sup>19</sup> Idem, pág. 306.

<sup>20</sup> Ibidem. FERRER CORREIA, A., *Lições de Direito Comercial*, I, polic., Universidade de Coimbra, 1973, pág. 22 – nota 1.

<sup>21</sup> CARVALHO, Orlando de, cit. por MIRANDA, Alberto Souto de, cit., pág. 306.

<sup>22</sup> FERRER CORREIA, A., cit., pág. 22. Orientados pela crença numa progressiva nivelção da zona privatística, que constituiu o *leit motiv* da sua posição ao longo de uma batalha de cem anos (Orlando de Carvalho), os unificadores perspectivavam o direito comercial do futuro como um mero capítulo do direito civil, ao lado e no mesmo pé do direito das obrigações, dos direitos reais, do direito da família ou do direito das sucessões, sem embargo das especializações internas que seriam, ainda, mais numerosas (Ferrer Correia).

<sup>23</sup> OLAVO, Fernando, cit., págs. 18-19.

<sup>24</sup> Ob. cit.

<sup>25</sup> FERRER CORREIA, A., cit., pág. 20 – nota 2.

<sup>26</sup> MAGALHÃES, Barbosa de, cit., pág. 15; FERRER CORREIA, A., cit., pág. 20 – nota 3.

<sup>27</sup> Já no final do século XIX, Eduardo Saldanha defendera a tese da unificação (cfr. COUTINHO DE ABREU, Jorge Manuel, ob. e loc. cit.).

<sup>28</sup> MAGALHÃES, Barbosa de, cit., pág. 28.

Colocada a questão nesta perspectiva objectiva, tornava-se muito difícil chegar a conclusões satisfatórias para a tese autonomista, na medida em que a evolução do direito civil das obrigações caminhava exactamente, acompanhando as exigências da vida nas sociedades mais desenvolvidas, no sentido da simplificação dos actos jurídicos – mais tarde chamar-se-lhe-á desburocratização – e da tutela do crédito. Como se tornava difícil, a partir da definição dos códigos oitocentistas, estabelecer uma relação intelegível e lógica entre a teoria dos actos de comércio e a substância ou materialidade da economia.

Por isso, a tentativa de Rocco de defesa da autonomia do direito comercial a partir da teoria dos actos de comércio falhou, não tendo ele conseguido “superar devidamente as dificuldades que à tese da autonomia o fenómeno da generalização do direito comercial viera levantar.”<sup>29</sup>

Daí que, encorajada pela reintrodução, pelo HGB de 1897, da visão subjectiva do direito comercial, a doutrina autonomista se tenha (re)centrado na figura do comerciante: com Vidari e o seu Código dos Comerciantes, com Thaller, com Franchi, mas sobretudo com Heck e a sua teoria dos actos em massa, que trazia já implícita a concepção empresarial ou “empresarialista”<sup>30</sup> do direito comercial, em voga a partir dos anos vinte do séc. XX.<sup>31</sup>

Concepção que, difundida por autores como Wieland, Mossa, Garrigues<sup>32</sup>, aceite, embora com reservas, pela doutrina nacional – reconhecendo na empresa o “princípio energético” do direito mercantil – (Ferrer Correia,<sup>33</sup> Orlando de Carvalho<sup>34</sup>, Menezes Cordeiro,<sup>35</sup> Coutinho de Abreu<sup>36</sup>), ganha, hoje, novas asas, perante a complexidade da vida económica e as suas reforçadas exigências de profissionalidade, dimensão e especialização.<sup>37</sup>

A tese autonomista é largamente maioritária na doutrina portuguesa dos séculos XX e XXI: Ferrer Correia,<sup>38</sup> Fernando Olavo,<sup>39</sup> Galvão Telles,<sup>40</sup> Orlando de Carvalho,<sup>41</sup> Menezes Cordeiro,<sup>42</sup> Coutinho de Abreu,<sup>43</sup> Catarina Serra,<sup>44</sup> Paulo Olavo Cunha.<sup>45</sup>

<sup>29</sup> FERRER CORREIA, A., cit., pág. 24.

<sup>30</sup> FERRER CORREIA, A., cit., pág. 28.

<sup>31</sup> Já em 1889, bem antes de Heck, o nosso Guilherme Moreira apontava claramente o caminho do empresarialismo ou da visão empresarialista do direito comercial: COUTINHO DE ABREU, Jorge Manuel, cit., págs. 16-17, nota 46.

<sup>32</sup> Autor que, não deixando de partilhar o essencial das críticas da nossa doutrina a esta concepção do direito comercial (cfr. GARRIGUES, Joaquín, *Curso de Derecho Mercantil*, I, 7ª edición, Madrid: Imprenta Aguirre, MCMLXXVI, págs. 24-25), faz assentar na empresa o direito comercial do futuro (idem, pág. 35).

<sup>33</sup> Lições, cit., págs. 28 e ss.; e *Sobre a projectada reforma da legislação comercial portuguesa*, Temas de Direito Comercial e Direito Internacional Privado, Coimbra: Almedina, 1989, págs. 31 e ss.

<sup>34</sup> *Crítério e estrutura do estabelecimento comercial – I – O problema da empresa como objecto de negócios*, Coimbra: Atlântida, 1967, pág. 177.

<sup>35</sup> *Manual de Direito Comercial*, I, Coimbra: Almedina, 2001, pág. 95-97 e 183.

<sup>36</sup> Ob. cit., págs. 24-28, em especial nota 79.

<sup>37</sup> Cfr. ENGRÁCIA ANTUNES, José A., *Direito dos Contratos Comerciais*, Coimbra: Almedina, 2011, págs. 30-40. De notar que é esta a tendência subjacente à reforma do código alemão de 1998 (MENEZES CORDEIRO, António, ult. ob. cit., págs. 182-183) e, quanto ao tema relevantíssimo dos contratos comerciais, à generalidade dos direitos a nível global, tanto do *civil law* como do *common law* (ENGRÁCIA ANTUNES, José A, ob. e loc. cit.).

<sup>38</sup> Lições, cit., págs. 28 e ss., max. 37.

<sup>39</sup> Ob. cit., págs. 17-24.

<sup>40</sup> MENEZES CORDEIRO, António, ult. ob. cit., pág. 98 e nota 356.

<sup>41</sup> *Direito Comercial*, Direito das Empresas, Coimbra: Coimbra Editora, 2012, págs. 219 e ss., max. 237.

<sup>42</sup> Ult. ob. cit., pág. 99.

<sup>43</sup> Ob. cit., pág. 28.

<sup>44</sup> *Direito comercial – Noções fundamentais*, Coimbra: Coimbra Editora, 2009, págs. 11 – 13.

<sup>45</sup> *Lições de Direito Comercial*, Coimbra: Almedina, 2010, pág. 25. Este Autor prevê, no entanto, uma diluição futura do direito comercial no direito comum, parecendo sufragar a tese da categoria transitória: “As diversas matérias que integram este curso são, por si só, uma justificação adequada para a subsistência, por agora, do Direito Mercantil, ainda que, gradualmente, os seus sujeitos venham a conhecer um alargamento que, em última análise, poderá englobar aqueles em função dos quais os produtores e intermediários se movimentam: os clientes (incluindo os que sejam meramente consumidores).” (itálico nosso).



### 3. A unificação formal: o *Codice Civile*, antecedentes e seguintes

A promulgação do Código Civil italiano de 1942 é a mais expressiva (e conhecida) manifestação da unificação (formal) dos direitos civil e comercial.

Saudado pelos fusionistas,<sup>46</sup> o *Codice civile* não representou, porém, mais do que uma “simples unificação formal”<sup>47</sup> e, mesmo nesse plano, incompleta, deixando de fora as matérias relativas à falência e à navegação marítima.<sup>48</sup> Apesar do código único de direito privado, continua a existir em Itália a divisão tradicional do direito privado nos seus dois ramos, civil e comercial.<sup>49</sup>

O Código italiano teve antecedentes: a primeira experiência concreta de unificação legislativa é a do Código das Obrigações da Suíça de 1881, seguido pelos códigos unificados das obrigações da Tunísia (1907), de Marrocos (1914), da Turquia (1926), do Líbano (1932), da Polónia (1933).<sup>50</sup> Mas também aqui a unificação é essencialmente formal.<sup>51</sup>

Após 1942 e mau grado esforços vários, como o do célebre projecto franco-italiano do Código das Obrigações, não foram muitas as experiências legislativas unificadoras; há, todavia, a referir o Código Civil holandês de 1992 e o Código Civil brasileiro de 2002.

O *Burgerlijk Wetboek*, com 3500 artigos divididos em 8 livros, substituiu os antigos códigos civil e comercial (*Wetboek van Koophandel*) e inclui as matérias por este último reguladas, tais como o direito das sociedades, direito bancário, direito dos seguros, direito dos transportes, a par de outras áreas do direito civil contemporâneo, como o direito do consumidor e o direito do trabalho.<sup>52</sup>

No Brasil, coroando os longos esforços para a reforma do Código Civil de 1916, que incluíram, entre outros marcos, os projectos de Código das Obrigações de 1965 e de Código Civil de 1975, e após a promulgação da Constituição Federal de 1988, foi aprovado o novo Código Civil em 2002.<sup>53</sup>

Na sua estrutura geral, o novo código não se afasta do antigo: a sistemática que, aproximando o Código brasileiro de 1916 do BGB, influenciou o Código Civil português de 1966, foi, pelo menos enquanto “sistema externo”, mantida pelo Código de 2002 (Parte geral – Livro I: das pessoas; Livro II: dos bens; Livro III: dos factos jurídicos. Parte especial – Livro I: do direito das obrigações; Livro II: do direito de empresa; Livro III: do direito das coisas; Livro IV: do direito da família; Livro V: do direito das sucessões).<sup>54</sup>

<sup>46</sup> MAGALHÃES, Barbosa de, cit., pág. 52.

<sup>47</sup> OLAVO, Fernando, cit., pág. 20.

<sup>48</sup> Distinguindo, quanto ao problema que nos ocupa, entre autonomia *formal ou legislativa* e autonomia *substancial ou jurídica*, OLAVO, Fernando, cit., págs. 17-18. Este Autor alude, também, às autonomias científica e didáctica, noções que considera sem interesse de maior, na medida em que a autonomia científica depende da substancial e, por sua vez, determina a didáctica – sem autonomia substancial ou jurídica não há autonomia científica e sem esta não pode falar-se de autonomia didáctica do direito comercial. FERRER CORREIA, A. (*Lições...*, cit., pág. 23 – nota 1) sublinha, também, a distinção entre o problema da unidade ou dicotomia do direito privado e o da inclusão num único diploma legislativo (código) de todas as instituições privatísticas, distinção entre unificação *formal* e unificação *científica*. Ver, também, sobre o ponto, COUTINHO DE ABREU, Jorge Manuel, cit., pág. 20.

<sup>49</sup> FERRER CORREIA, A., ob. e loc. cit. em ult. lugar.

<sup>50</sup> MAGALHÃES, Barbosa de, cit., pág. 50.

<sup>51</sup> CARVALHO, Orlando de, *Teixeira de Freitas...*, cit., pág. 46 – nota 66.

<sup>52</sup> *Legal System of Civil Law in the Netherlands – Foundation of Dutch civil law* (<http://www.dutchcivillaw.com/> – acesso em 7.09.2012): “The distinction between civil law and commercial law has been abandoned in this new Dutch Civil Code in favour of a broader range of private law. Legal subjects which had come about after the middle ages and were regulated in a separate statute book – the Commercial Code (*Wetboek van Koophandel*), such as corporate law, financial law, insurance law, transport law –, are now incorporated in the new Dutch Civil Code itself. The same applies to other contemporary areas of civil law, such as consumer law and labour law.”

<sup>53</sup> Aprovado pela Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002, tendo entrado em vigor em 11 de Janeiro de 2003.

<sup>54</sup> A alteração da ordem das matérias, na parte especial, relativamente ao Código de 1916, ficou a dever-se à transformação da sociedade brasileira entretanto operada: este abria com o direito da família, como é próprio de uma sociedade agrária, o novo começa pelo direito das obrigações, pois são as obrigações e os contratos, projecção natural dos direitos e deveres

A grande novidade é, assim, a inclusão de matéria mercantil no novo Código Civil, à italiana, sob a égide da “empresa”.<sup>55</sup>

Para além de incluir no código civil o direito de empresa – “inovação original”, segundo Miguel Reale –, a referida Lei nº 10.406 revogou a Parte Primeira do Código Comercial de 1850, deixando apenas em vigor a segunda parte, relativa ao comércio marítimo (arts. 457º e ss.).

Miguel Reale, principal responsável pelo Código de 2002, considerou, a este propósito, que o objectivo do legislador não foi proceder à “unidade do Direito Privado”, tendo-se limitado a “consolidar e aperfeiçoar o que já estava sendo seguido no País, que era a unidade do direito das obrigações.”<sup>56</sup>

Por outro lado, admite também, claramente, que a unificação, para além de parcial, é meramente formal: “É indispensável ponderar que o novo Código Civil não abrange todo o Direito Privado, mas tão somente as questões que emergem da unidade do Direito das Obrigações, como é o caso das normas relativas à atividade empresarial, permanecendo, pois, intocável o Direito Comercial com a respectiva legislação especial.”<sup>57</sup>

### III. O Código Civil de 1966 e a recusa (?) da unificação

No período de reforma do direito civil português (1944-1966), que culminaria com a aprovação do actual Código Civil, o legislador considerou, como não podia deixar de ser – até pela repercussão interna do código italiano de 1942 –, o problema da unificação dos direitos civil e comercial, tendo decidido, se não afastar liminarmente, de imediato, a fusão, pelo menos dar prioridade à revisão do Código Civil, remetendo para momento posterior a questão da integração, ou não, nele, do direito comercial ou de parte deste.

Com efeito, “o Decreto-Lei nº 33 908, de 4 de Setembro de 1944, que autorizou o Ministro da Justiça a promover a elaboração de um projecto de revisão geral do Código Civil, assim como a Portaria nº 10 756, de 10 de Outubro seguinte, que nomeou para o efeito uma comissão de juristas, abstiveram-se de tomar posição sobre o problema: aquele decreto-lei diz que o projecto poderá englobar ou não o direito comercial conforme se julgar preferível, e a portaria manda que a comissão se ocupe previamente da matéria de direito civil, ficando para decidir depois se ela há-de fundir-se ou não com a do direito mercantil.”<sup>58</sup>

“Mas em 1 de Agosto de 1961 um despacho do Ministro da Justiça põe em movimento a revisão do direito comercial e o Decreto-Lei nº 47 334, de 25 de Novembro de 1966, que

---

dos indivíduos, o centro do tráfico jurídico na sociedade industrial (REALE, Miguel, *Visão Geral do Projecto de Código Civil* (<http://www.miguelreale.com.br/> – acesso em 7.09.2012).

<sup>55</sup> Sem embargo de muitas outras importantes alterações que comporta relativamente ao código anterior, designadamente quanto ao abandono da perspectiva individualista, em grande parte fruto da evolução política, social e do pensamento jurídico do Brasil nas últimas décadas do séc. XX e, de modo particular, da Constituição Federal de 1988 e da consequente *constitucionalização* do direito civil (cfr. FACHIN, Luiz Edson, *A Reforma No Direito Brasileiro: Novas Notas Sobre Um Velho Debate No Direito Civil*, BFD 74 (1998), 147-155, *max.* 149 e nota 5), aos princípios estruturantes da eticidade e da socialidade e às novas soluções a que conduziu, designadamente a consagração de “figuras de ponta da civilística” (MENEZES CORDEIRO, António, *Da Boa Fé no Direito Civil*, I, Coimbra: Almedina, 1984, pág. 17), emanações da cláusula geral da boa fé, como a *culpa in contrahendo* (art. 422), o abuso de direito (art. 187, cuja semelhança com o art. 334º do código português é notória) e a alteração das circunstâncias (art. 478); e, ainda, a função social do contrato (art. 421). Ver, quanto aos princípios condutores do Código Civil de 2002, REALE, Miguel, *Visão Geral do Projecto de Código Civil*, cit.; e, quanto à função social do contrato como concretização da “teoria tridimensional do Direito” de Miguel Reale, o interessante artigo de GONZALEZ, Everaldo Tadeu Quilici, *A Teoria Tridimensional do Direito de Miguel Reale e o novo Código Civil brasileiro* (<http://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/4mostra/pdfs/145.pdf> – acesso em 6.07.2012).

<sup>56</sup> REALE, Miguel, cit., que explica: “Como o Código Comercial de 1850 se tornara completamente superado, não havia mais questões comerciais resolvidas à luz do Código de Comércio, mas sim em função do Código Civil. Na prática jurisprudencial, essa unidade das obrigações já era um fato consagrado...”

<sup>57</sup> REALE, Miguel, *Sanção da Lei N.º 10.406 de 10 de Janeiro de 2002, que Institui o Novo Código Civil Brasileiro* (<http://www.miguelreale.com.br/> – acesso em 5.07.2012).

<sup>58</sup> OLAVO, Fernando, cit., págs. 19-20; o mesmo relato, mas em tom crítico devido à sua opção unificadora, em MAGALHÃES, Barbosa de, cit., págs. 11 e ss.

aprova o Código Civil vigente, consagra a tese da autonomia do direito mercantil, mantendo em vigor, a par daquele Código, o Código Comercial.”<sup>59</sup>

#### IV. O Código Civil brasileiro de 2002 e a polémica em torno do projecto de novo Código Comercial

Como se referiu, a grande novidade da última reforma do direito civil brasileiro, a mais estrutural, foi a inclusão de parte substancial do direito comercial no código civil, segundo inspiração do Código Civil italiano de 1942, sob a égide da “empresa” (Parte especial, Livro II), transformando-se o “comerciante” em “empresário” e o sistema objectivo dos “actos de comércio” no sistema subjectivo dos profissionais do comércio, à maneira alemã. Revogou-se a primeira parte do Código Comercial de 1850, ficando este em vigor na parte relativa ao comércio marítimo.

O actual direito civil brasileiro dá nova ênfase à disciplina jurídica da empresa, encaçada sob um prisma marcadamente subjectivo: abre o Livro II (Do Direito de Empresa) com a definição de empresário – num recorte menos nítido, relativamente aos outros profissionais, do que a noção clássica de comerciante (art. 966º) –, equiparando-lhe a sociedade empresária; distingue empresa de estabelecimento, considerado objectivamente, no sentido de *fonds de commerce*.<sup>60</sup>

No Livro I do Código (Direito das Obrigações) foram incluídos alguns dos tradicionalmente denominados contratos especiais de comércio (comissão: arts. 693º-709º; agência: arts. 710º-721º; corretagem: arts. 722º-729º; transporte: arts. 730º-756º; seguro: arts. 757º-802º) e os títulos de crédito (arts. 887º-926º), sendo que outros foram reconduzidos ao seu género civil (compra e venda, mútuo, mandato, por exemplo) e outros ainda, como a locação financeira, o franchising ou o factoring, estão ausentes da codificação.

Parece a vingança póstuma de Teixeira de Freitas esta satisfação de uma “velha aspiração dos privatistas”, cujo afastamento relativamente ao governo de então e da actividade de “projectador” do Código Civil se prendeu essencialmente, como sabemos, com o seu objectivo de absorção pura e simples da legislação mercantil pelo Código Civil.<sup>61</sup>

No entanto, a proximidade do figurino italiano de 1942 – relativamente ao qual assente parece estar que uma coisa é a unificação formal outra a unificação científica<sup>62</sup> –, a sobrevivência do Código Comercial na parte importante do direito marítimo – particularmente para um país tradicionalmente exportador –, a manutenção de numerosas e importantes *leis aditivas* de natureza mercantil e, acima de tudo, o movimento em curso por um novo código comercial, parecem apontar no sentido de que o direito comercial brasileiro está longe de desaparecer.

Facto corroborado pelo próprio pai do Código Civil de 2002<sup>63</sup>: “Por tais motivos não há como conceber o Código Civil como se fosse a legislação toda de carácter privado, pondo-se

<sup>59</sup> OLAVO, Fernando, cit., pág. 20. OLIVEIRA ASCENSÃO, José de, atribui mais a inércia do legislador o facto de não se ter tomado posição sobre o problema da autonomia/unificação aquando da elaboração do actual Código Civil “do que propriamente (a) uma escolha científica” (*Direito Comercial*, I, polic., Lisboa, 1994, págs. 19-20). Pode dizer-se que esta questão – a de saber se o nosso legislador dos anos 60 do séc. XX tomou uma opção de recusa da unificação (o que não surpreenderia em vista da já referida posição maioritária da doutrina portuguesa), ou se, pelo contrário, adiou uma tomada definitiva de posição sobre o problema – permanece em aberto. Questão que, todavia, nos surge como fundamental quando nos interrogamos – como não podemos, hoje, deixar de nos interrogar – sobre “o futuro do direito comercial”.

<sup>60</sup> Art. 1142º: “Considera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária.” Sobre a moderna noção de *fonds de commerce*, aliando “valores de posição ou de prestígio” a um “lastro de matéria que o radica no solo”, situando o estabelecimento “ainda e sempre no mundo dos bens em património”, ver CARVALHO, Orlando de, *Critério e estrutura do estabelecimento comercial: génese e evolução da noção de estabelecimento em direito francês até à Lei de 1898, Direito das Empresas*, Coimbra: Coimbra Editora, 2012, págs. 13 – 66, max. 15-20.

<sup>61</sup> CARVALHO, Orlando de, *Teixeira de Freitas...*, cit., pág. 39.

<sup>62</sup> ESCARRA, J., citado por FERRER CORREIA, A., *Lições*, cit., pág. 23 – nota 1.

<sup>63</sup> Miguel Reale, que já foi considerado “um segundo Teixeira de Freitas” (SANTOS JUSTO, A., *O Código de Napoleão e o Direito Ibero-Americano*, BFD 71 (1995), pág. 64).



ele antes como a “legislação matriz”, a partir da qual se constituem “ordenamentos normativos especiais” de maior ou de menor alcance, como, por exemplo, a lei das sociedades anônimas e as que regem as cooperativas, mesmo porque elas transcendem o campo estrito do Direito Civil, compreendendo objetivos e normas de natureza econômica ou técnica, quando não conhecimentos e exigências específicas.”<sup>64</sup> E acrescenta: “(as) múltiplas inovações de ordem tecnológica ou econômica (...) ou encontram solução nas matrizes mesmas do Código Civil, à luz de seus princípios e de seus institutos ou figuras típicas, ou, então, somente poderão ser adequadamente resolvidos mediante leis especiais.”<sup>65</sup>

Um destes “ordenamentos normativos especiais” ou subsistemas é, sem dúvida, o direito da falência e da recuperação de empresas (ou, na sua articulação, o *direito da empresa em dificuldade*)<sup>66</sup>; cfr. Lei nº 11.101, de 9 de Fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Uma das leis aditivas que, segundo Miguel Reale, complementam o Código Civil, tratando dos aspectos mais mutáveis e evolutivos da realidade social, que mais reclamam do direito “o serviço da vida”: “no Código, aquilo que é duradouro; na ‘legislação aditiva – lei complementar’, a matéria sujeita a transformações.”<sup>67</sup>

Da autoria do deputado Vicente Candido (PT/SP), discute-se actualmente, na Câmara dos Deputados, o Projecto de Lei 1572/11, apresentado em Junho de 2011, sobre um novo Código Comercial.<sup>68</sup> O deputado justifica a necessidade de criar um código específico com o facto de a Constituição considerar o direito comercial uma área distinta do direito civil. “Revela-se, assim, mais compatível com a ordem constitucional a existência de um código próprio para o direito comercial, e não a inclusão da matéria dessa área jurídica no bojo do Código Civil”, declarou. “De qualquer modo, a dispersão legislativa atual tem impedido, para grande prejuízo da economia brasileira, o tratamento sistemático das relações de direito comercial”.<sup>69</sup>

A proposta conta com 670 artigos, divididos em cinco livros. O primeiro é uma parte geral sobre a empresa; o segundo trata das sociedades empresariais; o terceiro regula as obrigações dos empresários; o quarto aborda a crise da empresa; e o quinto trata das disposições transitórias. Inclui normas específicas sobre obrigações entre empresários, com encurtamento do prazo geral de prescrição,<sup>70</sup> o regime geral dos *contratos de empresa*, abrangendo as “cláusulas contratuais gerais do direito contratual empresarial”, um conjunto de contratos comerciais (compra e venda, “contratos de colaboração empresarial” – mandato, comissão, agência, distribuição, concessão mercantil, franquia –, “contratos de logística” – armazenamento, transporte de cargas, fretamento –, algumas especialidades sobre contratos bancários, definidos como os celebrados entre bancos e clientes empresários, e conta em participação), a disciplina dos títulos de crédito, englobando os títulos representativos de mercadorias<sup>71</sup> mas excluindo o cheque,<sup>72</sup> o direito da empresa em dificuldade (a “crise da empresa”), dando

<sup>64</sup> REALE, Miguel, *Visão Geral do Projecto de Código Civil*, cit.

<sup>65</sup> Ibidem.

<sup>66</sup> CHARTIER, Yves, *Droit des Affaires*, I, Paris: PUF, 1984, pág. 21.

<sup>67</sup> Expressão do *princípio da operabilidade* que informa o código (REALE, Miguel, *Visão Geral do Projecto de Código Civil*, cit.).

<sup>68</sup> <http://participacao.mj.gov.br/codcom/#livro-iv> – acesso em 6.07.2012.

<sup>69</sup> Projeto do novo Código Comercial elimina necessidade de documento em papel (<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/205570-PROJETO-DO-NOVO-CODIGO-COMERCIAL-ELIMINA-NECESSIDADE-DE-DOCUMENTO-EM-PAPEL.html> – acesso em 6.07.2012).

<sup>70</sup> Cfr. art. 290 do Projecto (prazo geral de 5 anos) e art. 205 do Código Civil (prazo geral de 10 anos).

<sup>71</sup> Os “títulos armazenadores” (arts. 572 e ss): conhecimento de depósito e *warrant*; e o conhecimento de transporte de cargas (arts. 590 e ss.).

<sup>72</sup> Actualmente regulado pela Lei nº 7 357, de 2 de Setembro de 1985. Aliás, o Código Comercial de 1850 também não regulava o cheque. O Código Civil adopta, quanto aos títulos de crédito, um critério diferente, mais genérico, agrupando-os, de acordo com o critério do modo de transmissão do direito incorporado, em títulos ao portador (arts. 904-909), à ordem (arts.

relevo ao princípio do “impacto social da crise da empresa”<sup>73</sup> e abrangendo apenas o direito material da falência.<sup>74</sup> Exclui as matérias relativas ao agronegócio,<sup>75</sup> não contempla contratos comerciais de relevo, como o *leasing*<sup>76</sup> ou o *factoring*<sup>77</sup>, e demarca-se dos direitos do trabalho, do consumidor, fiscal, do ambiente e penal económico.<sup>78</sup>

Numa primeira e breve análise, pode dizer-se que este projecto:

- Parece romper não só com a estrutura como com a ideia fundamental que presidiu ao Código Civil de 2002 – a distinção entre a *legislação matriz* e os *ordenamentos normativos especiais*, entre as leis que ficam e as leis que mudam –, pelo que a sua aprovação obrigaria a uma profunda remodelação daquele código escassos dez anos volvidos sobre a sua aprovação;<sup>79</sup>
- Não evidencia uma linha clara de demarcação da matéria mercantil, nem mesmo por referência à empresa, deixando de fora contratos tipicamente comerciais e excluindo expressamente a moderna agricultura empresarializada;
- Não substitui a parte em vigor do Código Comercial de 1850 sobre comércio marítimo, na medida em que apenas consagra a matéria directamente relacionada com o contrato de fretamento.

Cremos que a proposta não está devidamente amadurecida, o que porventura contribuiu para a polémica em que o projecto está envolvido: há já quem lhe tenha chamado *projétil*.<sup>80</sup>

Terá sido isso mesmo que levou a Câmara dos Deputados a aprovar, em 27 de Março de 2012, um requerimento convidando o Professor António Pinto Monteiro a comparecer na Comissão encarregada de elaborar parecer sobre o projecto da autoria do deputado Vicente Candido.<sup>81</sup>

---

910-920) e nominativos (arts. 921-926); define, assim, uma teoria geral dos títulos de crédito, não especificando os diversos títulos originariamente comerciais, na linha da directriz estruturante adoptada e já referida.

<sup>73</sup> Numa evolução semelhante à do direito português que, após ter abandonado, em 2004, a perspectiva social da recuperação da empresa, acaba de emendar a mão com as alterações de 2012 ao Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas.

<sup>74</sup> Mantendo-se, separadamente, a Lei Processual de Recuperação e Falência (cfr. por exemplo, o art. 608 do Projecto). No âmbito do direito material da falência, há inovações interessantes, como a distinção entre *massa falida subjectiva* (“ente despersonalizado de direito privado constituído pela comunhão de interesses dos credores de um devedor falido, que o sucede em todas as relações jurídicas abrangidas pela falência” – art. 616) e *massa falida objectiva* (“conjunto dos bens e direitos titulados pela sociedade falida” – art. 619).

<sup>75</sup> Projecto, art. 653.

<sup>76</sup> O regime jurídico do *arrendamento mercantil* (designação brasileira de *leasing*) consta dos seguintes diplomas: Lei nº 6.099/74, actualizada pela Lei nº 7.132/83 (regime tributário, contabilístico, fiscal, e das opções possíveis no termo do contrato); Lei nº 11.649/08 (regime do arrendamento mercantil para veículos automóveis); Resolução nº 2.309/96 do Conselho Monetário Nacional (define as modalidades de arrendamento mercantil financeiro e operacional, os prazos mínimos e demais condições); Resolução nº 3.401/06 e Carta Circular nº 3.248/06 (versam sobre a liquidação antecipada); Resolução nº 3.617/08 (regula a contabilização dos bens na locadora) – <http://www.leasingabel.org.br/site/adm/userfiles/guiapratico.pdf> (acesso em 6.07.2012).

<sup>77</sup> A lei brasileira do *factoring* (Lei do Fomento Mercantil) encontra-se para aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, último passo de um longo processo legislativo (iniciado em 2000) antes da sanção presidencial (<http://www.anfac.com.br/v3/informativos-noticias.jsp?id=894> – acesso em 7.09.2012).

<sup>78</sup> Projecto, art. 652.

<sup>79</sup> Sem prejuízo do que supomos ser a intenção do nóvel legislador: especializar no futuro Código Comercial apenas os institutos que pressuponham relações jurídicas entre comerciantes, deixando no Código Civil os institutos, mesmo que análogos, quando estão em causa relações entre aqueles e não comerciantes.

<sup>80</sup> FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes, *O projeto de Código Comercial: um arremedo de projeto de lei* (<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI154743,51045-O+projeto+de+Codigo+Comercial+um+arremedo+de+projeto+de+lei> · acesso em 6.07.2012): “Continuo minhas críticas ao projeto de Código Comercial (que um querido amigo, como que definindo a natureza jurídica própria desse documento, nomeia de “projétil”). A expressão terá a ver, também, com o facto de o governo pretender uma rápida aprovação do projecto: cfr. ROQUE, Sebastião José, *Discussões sobre o Novo Código Comercial Ultrapassaram sua Relevância* (<http://www.jurisite.com.br/doutrinas/empresarial/doutempre01.html> – acesso em 6.07.2012).

<sup>81</sup> Requerimento nº 3/2012 do Deputado Paes Landim (PTB-PI) – <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=508884> (acesso em 7.09.2012).

## V. O Código Comercial de Macau

Em Macau, foi aprovado um novo Código Comercial, em 1999,<sup>82</sup> no âmbito das diligências de transição da administração portuguesa para a China. Inicialmente prevista para 1 de Outubro desse ano, a sua entrada em vigor foi posteriormente adiada por um mês, para permitir que os três «Grandes Códigos» pudessem entrar em vigor ao mesmo tempo.<sup>83</sup> O Código Comercial foi alterado pelas Leis 6/2000 e 16/2009, alterações de aperfeiçoamento considerando a experiência entretanto colhida no terreno, mantendo a sua estrutura e traça originais.<sup>84</sup>

Continua-se, assim, naquele longínquo marco da cultura jurídica portuguesa a nossa velha tradição da dualidade de códigos de direito privado substantivo, servidos pelo mesmo código de processo: os três “Grandes Códigos”.

Entre os motivos apontados para a elaboração do novo Código Comercial são de destacar, para além da evidente necessidade de modernização da legislação mercantil, assente ainda no Código de Veiga Beirão, de modo a corresponder às necessidades de uma economia dinâmica:

- “Reflectir a rica e variada experiência de mais de um século, caracterizada por uma profunda revolução tecnológica e informática”;
- Conciliar o “contributo insubstituível da iniciativa económica privada para o progresso, num contexto de concorrência no mercado” com as “exigências irrecusáveis de justiça social”;<sup>85</sup>
- Compatibilizar “a continuidade das actuais soluções legais”, respeitando a tradição jurídica portuguesa, com a recepção dos “ensinamentos (d)as mais modernas legislações mercantis de raiz romano-germânica” – “especialmente (d)aquelas com as quais o nosso sistema jurídico tem maiores afinidades, atendendo à inserção de Macau na zona Ásia-Pacífico” – bem como dos sistemas de raiz anglo-saxónica;
- Recepção, também, da nova *lex mercatoria*;
- Eleição das figuras da empresa comercial e do empresário comercial como fulcro de “toda a nova disciplina da actividade mercantil”, o que coloca o código “na linha da frente dos mais modernos sistemas de direito comercial”;
- Irradiando da “categoria fundante” da empresa comercial, o código regula, sucessivamente, as sociedades (técnica jurídica de estruturação da empresa) e as formas de cooperação empresarial (agrupamentos de interesse económico, consórcio, associação em participação), as obrigações comerciais (especialidades) e os contratos de empresa (contratos estimatório,<sup>86</sup> de fornecimento, de comissão, de expedição, de agência, de concessão comercial, de franquia, de mediação, publicitários, de transporte, de depósito em armazéns gerais, de hospedagem, de conta corrente, de reporte, bancários – que incluem, para lá dos contratos correspondentes às operações bancárias propriamente ditas, a feitoria<sup>87</sup> e a locação financeira –, de garantia e de seguro), e os títulos de

<sup>82</sup> Decreto-Lei 40/99/M, de 3 de Agosto.

<sup>83</sup> “Só agora tendo sido possível concluir o processo legislativo relativo ao Código de Processo Civil, o que torna pouco viável a sua entrada em vigor no próximo dia 1 de Outubro, mostra-se conveniente adiar por um mês a entrada em vigor do Código Civil e do Código Comercial, de forma a que estes três «Grandes Códigos» possam entrar em vigor ao mesmo tempo.” (Preâmbulo do Decreto-Lei 48/99/M, de 27 de Setembro).

<sup>84</sup> Veja-se, a título de exemplo, a nova redacção dada aos artigos 10º (consequências do exercício de uma empresa comercial pela Região Administrativa Especial de Macau – em termos semelhantes, na substância, aos do art. 17º do Código Comercial português) e 17º (impondo um “mínimo de correspondência” entre as versões chinesa e portuguesa da firma na parte relativa à actividade comercial desenvolvida).

<sup>85</sup> É notória a influência do preâmbulo do nosso DL 262/86, de 2 de Setembro, que aprovou o CSC.

<sup>86</sup> Art. 578º: “Contrato estimatório é aquele pelo qual uma das partes entrega à outra uma ou mais coisas móveis e esta se obriga a pagar o respectivo preço, se as não devolver no prazo fixado.” Trata-se, portanto, da compra e venda a contento do direito português (Código Comercial, art. 470º; Código Civil, arts. 923º e 924º); pena foi que não lhe tivessem mantido o nome. Cfr. ENGRÁCIA ANTUNES, José A., cit., pág. 355.

<sup>87</sup> Contrato de feitoria é o nome macaense de *factoring* (art. 869º).

crédito (com uma parte geral, à maneira do Código Civil brasileiro de 2002, seguida do regime dos títulos de crédito comerciais, letra, livrança e cheque).<sup>88</sup>

- De extrema importância é a atribuição de um direito de propriedade sobre a empresa,<sup>89</sup>

<sup>90</sup> “direito este que não se reduz nem confunde com os vários direitos que conferem ao sujeito a disponibilidade sobre todo e cada um dos bens que a cada momento a compõem”;

- Na disciplina dos contratos de empresa – contratos que ontologicamente pressupõem uma empresa –, “limita-se ao mínimo indispensável a duplicação de regimes, comercial e civil, para o mesmo contrato, promovendo-se a simplificação do regime jurídico da actividade económica privada”;<sup>91</sup>

- Por último, “a formulação de uma disciplina dos títulos de crédito como figura genérica é outra das inovações mais dignas de nota do Código, no qual o título de crédito é consagrado como categoria jurídica”.<sup>92</sup>

## VI. O Código Comercial de Moçambique

Moçambique privilegiou as reformas na área da família e na das leis comerciais e bancárias. Assim, foi aprovado, após diversas peripécias, um novo Código Comercial, adoptado pelo Decreto-Lei n.º 2/2005, de 27 de Dezembro.<sup>93 94</sup>

Moçambique é um jovem Estado lusófono que, após uma longa guerra fratricida e devastadora, tem no desenvolvimento económico, alicerçado no investimento estrangeiro, um dos seus principais objectivos. É a esta luz que, julgamos, se devem compreender quer as “peripécias” da preparação quer a estrutura e conteúdo do actual Código Comercial.<sup>95</sup>

<sup>88</sup> A matéria relativa aos títulos de crédito em especial traduz, como não podia deixar de ser, a incorporação das respectivas leis uniformes. É, diz o legislador, “uma mera opção formal, que visa evitar a dispersão de instrumentos essenciais da vida mercantil.” É, também, a expressão do princípio da operabilidade de que nos fala Miguel Reale.

<sup>89</sup> Art. 95º: “Para além dos direitos que lhe atribuem a disponibilidade sobre cada um dos bens que a compõem, o empresário tem um direito de propriedade sobre a própria empresa”, direito que goza da tutela normal do direito de propriedade, independentemente “da específica tutela conferida por lei a cada um dos bens que compõem a (sua) empresa” (art. 96º). Esta solução legal, correspondendo a uma velha aspiração da comercialística portuguesa (“Já, portanto, a lei – ou, quando não a lei, a doutrina e a jurisprudência –, rompendo decididamente com a velha concepção atomística do estabelecimento, elevou a empresa à função de bem jurídico *autónomo*.” “É sempre o estabelecimento que a lei vê, como nós vemos, como o olha a vida – o estabelecimento como algo de diferente da mera concentração dos instrumentos de exercício do comércio; algo que, sendo isso, é todavia mais do que isso, mais significativo, mais valioso, porque é a organização comercial ou fabril com suas virtualidades específicas, suas experiências, suas relações com fornecedores e bancos, segredos de fabrico, sua reputação, clientela, em suma, com seu aviamento próprio.” “E se falta ainda a consagração clara e explícita de um direito sobre esse todo, todavia o reconhecimento deste direito facilmente se alcança por via de integração do sistema legal, pois sobre se harmonizar da melhor maneira com os princípios aí sancionados, ele corresponde incontestavelmente a necessidades práticas dignas da maior atenção.” – FERRER CORREIA, A., *Lições...*, cit., pág. 252), poderá ainda – assim o esperamos – iluminar o legislador português na tão tardia quanto indispensável definição clara da teoria geral da empresa.

<sup>90</sup> Isto sem olvidar as dificuldades que permanecem na definição da empresa e que se repercutem, entre nós, na precariedade do seu tratamento legislativo, apesar do notável esforço doutrinário empreendido desde os anos 20 do séc. XX.

<sup>91</sup> Articulação e simplificação sem dúvida facilitada pela elaboração contemporânea dos códigos civil e comercial.

<sup>92</sup> As citações são do Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 40/99/M (<http://bo.io.gov.mo/bo/i/99/31/codcompt/declei40.asp> – acesso em 6.07.2012).

<sup>93</sup> MENEZES CORDEIRO, António, *O Sistema Lusófono de Direito*, cit., I/IV, 27.

<sup>94</sup> O Código Comercial foi alterado pelo Decreto n.º 2/2009, de 24 de Abril.

<sup>95</sup> Quanto às “peripécias” que envolveram a preparação do código, é elucidativo o seguinte trecho extraído da nota introdutória da UTREL – Unidade Técnica da Reforma Legal (organismo do Ministério da Justiça de Moçambique): “*Visando a reforma da legislação comercial, em 1998, o Governo de Moçambique lançou um concurso internacional para o efeito, tendo sido escolhido o consórcio In Murray ICC – Austral. Em Dezembro de 1999, foi este consórcio contratualmente encarregado de proceder à reforma do Código Comercial vigente. Os trabalhos do consórcio vieram a culminar numa anteproposta de Código Comercial, entregue ao Governo de Moçambique em Dezembro de 2000. Porque, entretanto, se levantaram algumas vozes dissonantes com a anteproposta, o Governo nomeou uma Comissão Técnica, composta de juristas moçambicanos, para analisar as questões suscitadas. A Comissão Técnica considerou que a anteproposta apresentada pelo consórcio padecia de várias deficiências, quer a nível de forma quer a nível de substância, que o desqualificavam para efeitos de ser*

A primeira observação prende-se com a opção pela codificação do direito mercantil e suas razões: *“Outra questão que se colocou no âmbito da reforma, mas com particular acuidade no que ao Código Comercial respeita, era o de saber se devia prevalecer a opção pelo modelo do código ou se se devia privilegiar o tratamento das várias matérias em leis avulsas. Quer um quer outro procedimento apresentam vantagens e inconvenientes. Quanto à abordagem codificadora, para além das vantagens decorrentes de se ter num mesmo diploma as normas que compõem a estrutura do sistema de direito mercantil, permitindo um fácil e expedito acesso ao mesmo pelos interessados, nessa medida promovendo a certeza e segurança jurídicas, vectores fundamentais de qualquer ordem jurídica, a codificação leva inevitavelmente a um revisitar das operações, mecanismos, instituições, que compõem o mundo do comércio, permitindo a elencação e inventariação dos problemas, das soluções e respectivo tratamento de uma forma ordenada, coerente e sistemática. Por seu lado, a criação de leis avulsas sobre os vários institutos de direito mercantil, se apresenta a inegável vantagem de uma maior adequação às questões deles decorrentes, de uma maior moldabilidade da lei às circunstâncias concretas, bem como uma mais fácil alteração das mesmas, não deixa de apresentar a desvantagem da disseminação do direito comercial por vários diplomas, assim dificultando o seu conhecimento. Além disso, a dispersão do tratamento legislativo das matérias mercantis por vários diplomas é agravada pelo facto de se tratar de diplomas elaborados em diversos momentos, obedecendo a diferentes circunstancialismos, e por diferentes legisladores, animados por ideias nem sempre coincidentes, o que potencia a incoerência das leis, a desarticulação e a inevitável criação de dificuldades na sua interpretação e integração. Tudo somado, a criação de leis avulsas resulta na introdução de perplexidades várias que não ajudam, pelo contrário, a uma mais fácil e acessível inteligibilidade do sistema no seu todo. Mas no caso de Moçambique, sucede que um conjunto de matérias não alcançou ainda a perfeição que se deseja, pelo que se recomendou que fosse objecto de legislação avulsa. A opção adoptada nos trabalhos de reforma do Código Comercial de Moçambique, da manutenção da disciplina da matéria mercantil num diploma legal com o figurino de um código pareceu, assim, ser imune a grandes críticas.”*<sup>96</sup>

Este código tem 838 artigos distribuídos por quatro livros: Livro I – Exercício da Empresa Comercial; Livro II – Sociedades Comerciais; Livro III – Contratos e Obrigações Mercantis; Livro IV – Títulos de Crédito.

Independentemente de uma análise mais detalhada e profunda, que manifestamente excede o âmbito deste trabalho, podem alinhar-se, desde já, algumas observações:

- O legislador preocupou-se, como vimos, apenas com a opção entre codificação e descodificação do direito comercial, o que revela o grau de assimilação, pela comunidade jurídica moçambicana, da ideia da sua autonomia em relação ao direito civil;
- Por outro lado, codificar revelou-se-lhe como um meio de garantir uma maior acessibilidade e inteligibilidade da lei mercantil e, assim, reforçar a certeza ou segurança jurídica, condição indispensável para um país que almeja atrair investidores estrangeiros;
- Bem como uma oportunidade para rever, repensar e actualizar o tratamento jurídico dos instrumentos do exercício da actividade económica;

---

submetido à competente discussão e subsequente aprovação parlamentar. A Comissão Técnica encetou então um trabalho de reformulação da anteproposta, visando a depuração das suas deficiências, que se prolongou aproximadamente por um ano, tendo culminado na apresentação de uma nova anteproposta do Código Comercial de Moçambique (vulgo designado por 2.ª versão, por contraposição à anteproposta). A 2.ª versão foi colocada à discussão pública, e ulteriormente enviada ao Parlamento. Como resultado mais proeminente desta discussão, foram emitidos dois pareceres: um apresentado pelo Banco de Moçambique, o outro preparado por uma sociedade de consultoria, a SAL – Consultoria e Investimentos, Lda., por incumbência da CTA – Confederação das Associações Económicas de Moçambique. Depois de longo tempo de inacção, o Parlamento solicitou à UTREL uma opinião crítica à segunda versão da anteproposta e por esta unidade foi elaborado um relatório onde se identificaram imprecisões, lacunas, repetições, tendo a UTREL chamado a si a responsabilidade de mais uma revisão.” (Utreli, República de Moçambique, Código Comercial, Lisboa: Gabinete para as Relações Internacionais, Europeias e de Cooperação (GRIEC), Ministério da Justiça, Portugal, 1ª edição, 2006, págs. 5-6.)

<sup>96</sup> Utreli, cit., págs. 6-7.



- E está bem presente a ideia de Miguel Reale: “no Código, aquilo que é duradouro; na ‘legislação aditiva – lei complementar’, a matéria sujeita a transformações.”;
- Nota-se, em geral, uma grande proximidade literal ao Código de Veiga Beirão, o que propicia incongruências e contradições evitáveis numa reforma desta magnitude;
- No âmbito das “Disposições Gerais”, não se aproveitou a oportunidade da elaboração de um novo código para abandonar definitivamente a velha teoria dos actos de comércio, recentrando o direito comercial na “categoria fundante” da empresa, antes se manteve, a par de referências estruturantes a esta última (v.g., art. 2º), a noção de “acto de comércio” (art. 4º) e, mesmo, a relação tautológica entre esta e a de empresário comercial (art. 4º, 2);<sup>97</sup>
- No domínio da estrutura jurídica da empresa, personaliza-se a empresa unipessoal através da figura da sociedade unipessoal por quotas (art. 328º) e altera-se o quadro tradicional dos tipos societários pela introdução da sociedade de “capital e indústria” (arts. 82º<sup>98</sup> e 278º);<sup>99</sup>
- No livro dos contratos e obrigações mercantis, inclui-se a matéria das cláusulas contratuais gerais e dos contratos de adesão<sup>100</sup> e, na parte dos contratos em especial, regulam-se os contratos de compra e venda (arts. 477º-486º), reporte (arts. 487º-495º), escambo ou troca (art. 496º), fornecimento (arts. 497º-508º), prestação de serviços mercantis (arts. 509º-521º), agência (arts. 522º-556º), transporte (arts. 557º-599º) – incluindo regras especiais para o transporte de pessoas, de coisas e multimodal –, associação em participação (arts. 600º-612º), e consórcio (arts. 613º-633º);
- No último livro, relativo aos títulos de crédito, seguiu-se de perto o legislador macaense: o tratamento da matéria abre com uma teoria geral dos títulos de crédito (inspirada no Código Civil brasileiro de 2002), incorporando depois as leis uniformes resultantes das Convenções de Genebra;
- Depois de uma hesitação inicial, ainda visível na epígrafe do art. 459º,<sup>101</sup> mantém-se o princípio comercial da liberdade de língua, uma das mais expressivas manifestações

<sup>97</sup> Art. 4º, 2: “Os actos praticados por um empresário comercial consideram-se tê-lo sido no exercício da respectiva empresa, se deles e das circunstâncias que rodearam a sua prática não resultar o contrário.”

<sup>98</sup> O art. 82º, 1, consagra a noção de sociedade comercial pela forma, fazendo desaparecer a figura da sociedade civil em forma comercial (cfr. o art. 5º do DL 2/2005): “São sociedades comerciais, independentemente do seu objecto, as sociedades em nome colectivo, de capital e indústria, em comandita, por quotas e anónimas.” Norma que está em flagrante contradição com o artigo seguinte, que considera como condição *essencial* da comercialidade das sociedades a prática de “um ou mais actos de comércio”. Aliás, é patente a semelhança deste art. 83º com o velho art. 104º do Código de Veiga Beirão.

<sup>99</sup> A *sociedade de capital e indústria* é um tipo *sui generis*, com uma hibridéz inspirada na sociedade em comandita, mas conteúdo radicalmente diferente: os sócios capitalistas, como o seu próprio nome indica, estão obrigados a contribuição de capital, e respondem limitadamente (tal como os comanditários), mas os sócios de indústria “apenas ingressam na sociedade com o seu trabalho, e (que) estão isentos de qualquer responsabilidade perante os credores sociais.” (art. 278º, 1, b). Ou seja: a figura destes “sócios de indústria”, na medida em que obtêm lucros sem a contrapartida do sacrifício (investimento) patrimonial que lhe é correspondente e que se traduz ou pela contribuição de capital ou pela assunção obrigatória de responsabilidade pessoal (ilimitada) perante os credores sociais, choca com a noção de lucro e com a própria natureza da sociedade enquanto associação de fim económico lucrativo – não só porque “seria contrário à ordem pública utilizar o esquema societário para desenvolver esquemas que nada tivessem com a ideia de comparticipação nos custos/benefícios” (MENEZES CORDEIRO, António, *Manual de Direito Comercial*, II, Coimbra: Almedina, 2001, pág. 225) como se contraria frontalmente o princípio fundamental da garantia dos credores – critério base da definição dos tipos societários –, como ainda se esbate a fronteira entre a *indústria* e as outras modalidades de trabalho na empresa.

<sup>100</sup> “No tocante ao Direito das obrigações, mantém-se em vigor o Código Vaz Serra. Em diversos domínios há que operar a sua harmonização com o Código Comercial de 2005, o qual contém matéria genérica, como a relativa às cláusulas contratuais gerais.” (MENEZES CORDEIRO, António, *O Sistema Lusófono de Direito*, cit.). Na ausência de regulamentação desta matéria no Código Civil moçambicano – que é o Código Civil português de 1966 sem as alterações introduzidas em Portugal após 1975 e com as resultantes da Lei da Família (Lei nº 10/2004) e da Lei de Terras (Lei nº 19/1997) –, foi ela incluída no Código Comercial: arts. 467º-473º para as cláusulas contratuais gerais e 474º-476º para os contratos de adesão. Entre nós a matéria foi objecto de regulamentação em legislação avulsa (Decreto-Lei nº 446/85, de 25 de Outubro); para uma apreciação crítica deste diploma, ver ANTUNES VARELA, João de Matos, *Das Obrigações em Geral*, I, 10ª edição, Coimbra: Almedina, 2012, págs. 260 e ss.

<sup>101</sup> É a seguinte a epígrafe do art. 459º: “Adopção do idioma oficial”.

da histórica universalidade do direito mercantil, se bem que se imponha a tradução dos documentos redigidos em língua estrangeira por tradutor público ajuramentado como condição do seu valor probatório.<sup>102</sup>

## VII. Conclusão

As opções legislativas acabadas de passar em revista permitem, desde já, apontar algumas ideias-força a ter em conta na necessária reflexão sobre o futuro do direito comercial em Portugal:

- Existe uma evidente proximidade (e influência) entre os vários ordenamentos jurídicos em causa, que exprime a sua pertença ao mesmo sistema ou família jurídica. Proximidade que não poderá deixar de se reflectir na ponderação, em sede de futura reforma, das suas diversas soluções concretas;
- Há uma opção clara pela autonomia do direito comercial, na sua manifestação mais visível de dualidade de códigos, mantendo a velha tradição portuguesa;
- Esta autonomia, para além de legislativa (formal), é substancial ou jurídica, na medida em que releva da percepção de que as relações da vida económica contemporânea reclamam soluções diferenciadas;
- Autonomia que irradia da “categoria fundante” da empresa, reconhecendo que a experiência do século XXI, em vez de acentuar a “niveleção da zona privatística”, implica o reforço de características próprias das actividades económicas (profissionalidade, dimensão, abertura territorial) que crescentemente as distinguem e exigem soluções jurídicas adaptadas;
- Assumindo, nesta perspectiva, primordial importância a consagração expressa, pelo legislador macaense, do direito de propriedade sobre a empresa, na esteira da visão unitária tão longamente defendida pela melhor doutrina portuguesa quanto ignorada pelo nosso legislador.

Razões de sobra para manter o optimismo, mesmo em tempo de todas as crises, quanto ao futuro do direito comercial português.

## Bibliografia

ANTUNES VARELA, João de Matos, *Das Obrigações em Geral*, I, 10ª edição, Coimbra: Almedina, 2012

CARVALHO, Orlando de, *Teixeira de Freitas e a Unificação do Direito Privado*, BFD (Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra), LX, separata, Coimbra, 1985; *Crítério e estrutura do estabelecimento comercial – I – O problema da empresa como objecto de negócios*, Coimbra: Atlântida, 1967; *Direito das Empresas*, Coimbra: Coimbra Editora, 2012

CHARTIER, Yves, *Droit des Affaires*, I, Paris: PUF (Presses Universitaires de France), 1984

COUTINHO DE ABREU, Jorge Manuel, *Curso de Direito Comercial*, I, 7ª edição, Coimbra: Almedina, 2009

ENGRÁCIA ANTUNES, José A., *Direito dos Contratos Comerciais*, Coimbra: Almedina, 2011

FACHIN, Luiz Edson, *A Reforma No Direito Brasileiro: Novas Notas Sobre Um Velho Debate No Direito Civil*, BFD (Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra) 74 (1998), págs. 147-155

FERRER CORREIA, A., *Lições de Direito Comercial*, I, polic., Universidade de Coimbra, 1973; *Sobre a projectada reforma da legislação comercial portuguesa*, Temas de Direito Comercial e Direito Internacional Privado, Coimbra: Almedina, 1989

<sup>102</sup> Cfr. o art. 96º do Código de Veiga Beirão, praticamente transcrito no nº 1 do citado art. 459º. Compreende-se mal, à luz deste princípio da liberdade de língua, a restrição do nº 2 deste último artigo.

FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes, *O projeto de Código Comercial: um arremedo de projeto de lei* (<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI154743,51045-O+projeto+de+Codigo+Comercial+um+arremedo+de+projeto+de+lei>)

GALGANO, Francesco, *História do Direito Comercial*, trad. port. de João Espírito Santo, Lisboa: Signo – Edições Técnicas e Literárias, Lda, 1980

GARRIGUES, Joaquín, *Curso de Derecho Mercantil*, I, 7ª edición, Madrid: Imprenta Aguirre, MCMLXXVI

GOMES, Orlando, *Raízes Históricas e Sociológicas do Código Civil Brasileiro*, S. Paulo: Martins Fontes, 2006

GONZALEZ, Everaldo Tadeu Quilici, *A Teoria Tridimensional do Direito de Miguel Reale e o novo Código Civil brasileiro* (<http://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/4mostra/pdfs/145.pdf>)

MAGALHÃES, Barbosa de, *A Revisão Geral do Código Civil, a Autonomia do Direito Comercial e o Problema da Codificação*, ROA (Revista da Ordem dos Advogados) 10 (1950), n.ºs 1 e 2, págs. 1-58 (acessível em [www.oa.pt](http://www.oa.pt))

MENEZES CORDEIRO, António, *O sistema lusófono de Direito*, ROA 70 (2010), vol. I/IV, sem paginação (acessível em [www.oa.pt](http://www.oa.pt)); *Manual de Direito Comercial*, I, Coimbra: Almedina, 2001; *Da Boa Fé no Direito Civil*, I, Coimbra: Almedina, 1984; *Manual de Direito Comercial*, II, Coimbra: Almedina, 2001

MIRANDA, Alberto Souto de, *A Autonomia do Direito Comercial*, As Operações Comerciais, Coimbra: Almedina, 1988, págs. 291-348

MOURA VICENTE, Dário, *A Unificação do Direito dos Contratos em África: seu sentido e limites* (<http://www.fd.ul.pt/Portals/0/Docs/Institutos/ICJ/LusCommune/VicenteDario1.pdf>)

OLAVO, Fernando, *Direito Comercial*, I, 2ª edição (3ª reimpressão), Coimbra: Coimbra Editora, 1979

OLAVO CUNHA, Paulo, *Lições de Direito Comercial*, Coimbra: Almedina, 2010

OLIVEIRA ASCENSÃO, José de, *Direito Comercial*, I, Lisboa, 1994 (edição policopiada das lições proferidas na Faculdade de Direito de Lisboa no ano lectivo de 1986/87)

PLANÇON, Caroline, *La représentation dans la production et l'application du droit. Études de cas dans le droit de propriété foncière au Canada/Québec, en France et au Sénégal*, Paris: Université Panthéon-Sorbonne, 2006 (<http://www.diffusiontheses.fr/51769-these-de-plancon-caroline.html>)

REALE, Miguel, *Visão Geral do Projecto de Código Civil; Sanção da Lei N.º. 10.406 de 10 de Janeiro de 2002, que Institui o Novo Código Civil Brasileiro* (<http://www.miguelreale.com.br/>)

SANTOS JUSTO, A., *O Código de Napoleão e o Direito Ibero-Americano*, BFD (Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra) 71 (1995), págs. 27-96

SERRA, Catarina, *Direito comercial – Noções fundamentais*, Coimbra: Coimbra Editora, 2009

UTREL, República de Moçambique, *Código Comercial*, Lisboa: Gabinete para as Relações Internacionais, Europeias e de Cooperação (GRIEC), Ministério da Justiça, Portugal, 1ª edição, 2006